



Plano Curricular

Pré-escolar e Ensino Primário



EDITORA MODERNA

Ficha Técnica

Título

Plano Curricular do Pré-escolar e Ensino Primário

Autor

INIDE/MED

Coordenação Geral

Manuel Afonso

José Amândio F. Gomes

João Adão Manuel

Coordenação Técnica

Maria Milagre L. Freitas

Alice Delfina Socola Ventura

Cecília Maria da Silva Vicente Tomás

Correcção

Grupo Multidisciplinar do INIDE

Editora

Editora Moderna

Pré-impressão, Impressão e Acabamento

GestGráfica, S.A.

Ano / Edição / Tiragem

2019 / 1.ª Edição / 60.000 Ex.



EDITORIA MODERNA

E-mail: geral@editoramoderna.com

© 2019 EDITORA MODERNA

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da editora, abrangendo esta proibição o texto, as ilustrações e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no código dos direitos de autor.

Índice

Introdução	05
Contexto Educativo Angolano	07
Sistema de Educação e Ensino	10
Níveis de Aprendizagem na Abordagem dos Conteúdos	13
Organização Curricular da Educação Pré-Escolar	17
Organização Curricular do Ensino Primário	27
Estratégias Gerais de Organização e de Gestão de Processos de Ensino e de Aprendizagem	39
Caracterização Geral dos Programas	44
Tratamento Metodológico de um Tema	47
Bibliografia	54

Introdução

A educação escolar, actualmente, é um processo através do qual os estados procuram empoderar intelectual, cultural, social e politicamente os seus cidadãos, como garantia do desenvolvimento sustentável, quer a nível pessoal como das suas comunidades. Todavia, como processo social, a educação, não é estanque; envolve sempre dinâmicas de elevadas complexidades e vários desafios. Razões bastantes para informar a busca ininterrupta de um conjunto de estratégias e procedimentos para acção, cuja meta é o alcance das proposições emanadas pela política educativa, de cada estado.

Nesse particular, fruto dos avanços conseguidos a nível político em 2002 e consubstanciados no alcance da paz, Angola tem vindo a vivenciar várias tentativas voltadas à melhoria da qualidade educativa. É exemplo disso a implementação da segunda reforma educativa entre 2004 e 2014, da qual resultou o presente plano curricular. Não obstante, naquela altura, contrariamente ao que dizem as diversas teorias em torno do currículo, um conceito caracterizado por várias definições, o plano curricular havia sido denominado por Currículo sem, contudo, existir alguma razão explicativa. Tal realidade, assim como outras de matriz curricular apuradas aquando da avaliação global da segunda reforma educativa, acolhe tratamento para efeitos de restituição da designação: **Plano Curricular**.

O presente Plano Curricular constitui o documento basilar na gestão de processos de ensino e da aprendizagem, porquanto elenca a pluralidade de elementos que sustentam o currículo dos ciclos indicados. Nele impactam-se, grosso modo, as linhas gerais para a sustentabilidade de práticas educativas pretendidas com o currículo, nas respectivas instituições de ensino no país. Vale lembrar que, nosso principal desafio é o alcance dos propósitos que informam os fins do Sistema de Educação e Ensino Angolano.

E isso parece depender, em grande medida, da nossa capacidade profissional e intelectual na implementação dos pressupostos curriculares que corporizam o presente plano curricular; imprimindo os procedimentos de rigor que se impõem. Nesse particular, os diferentes actores da gestão da política educativa angolana a nível de cada escola, nomeadamente gestores escolares, coordenadores de classe, chefes de turno, coordenadores de disciplinas, professores e alunos, têm um papel preponderante na praticabilidade do currículo subjacente desse documento.

É este o nosso desafio no quadro da educação escolar, objectivando o cumprimento dos fins da educação do estado angolano, com a realização de um ensino mais

humanizador, inclusivo, atraente, relevante, contextualizado, dialógico, e significativo na formação integral dos indivíduos para as exigências da vida pessoal, da sua família, comunidade e do país. Requer-se, igualmente, uma organização e gestão de processos de ensino e da aprendizagem que tenham presente o espírito saudável de unidade nacional e de integração regional, a manutenção da paz e estabilidade nacional, a consolidação e aprofundamento do processo democrático, o respeito mútuo e dos direitos humanos, bem como a diversidade cultural de Angola e a identidade de cada aluno.

Comefeito, o Plano Curricular comporta uma introdução e outros itens, nomeadamente

(I) contexto educativo angolano, (II) fundamentos teóricos da educação, (III) estrutura do sistema educativo angolano, (IV) níveis de aprendizagem na abordagem dos conteúdos, (V) Elementos curriculares da educação pré-escolar; (VI) Elementos curriculares do Ensino Primário, (VII) Estratégias metodológicas de gestão de processos de ensino e de aprendizagem, (VIII) características gerais dos programas, (IX) tratamento metodológico de um tema e, finalmente, a bibliografia.

O item II, “contexto”, traz uma descrição bastante resumida sobre a realidade económica, política, social e cultural do país, que impactam a razão deste plano curricular.

O item III, “fundamentos teóricos da educação”, aborda as perspectivas filosóficas, psicológicas, pedagógicas e metodológicas no quadro da política educativa do estado angolano, ao mesmo tempo que objectivam as formas de organização e gestão dos processos de ensino e da aprendizagem. Informam, de igual modo, as perspectivas e pressupostos que fundamentam as opções feitas pelo estado angolano no âmbito da educação, cuja meta é a busca permanente de estratégias de formação integral, inclusiva e de qualidade para os sujeitos de aprendizagem, em harmonia com os propósitos e fins da política educativa.

O item IV, “estrutura do sistema da educação e ensino”, apresenta, basicamente, os fins da educação angolana declarados na sua Lei de Bases, bem como a estrutura de como se articulam os diferentes subsistemas da educação e ensino, partindo da educação pré-escolar até ao ensino superior.

O item V “elementos curriculares da Educação Pré-escolar”, traz os objectivos deste subsistema da educação e Ensino, a caracterização geral, o perfil de saída dos alunos, a estrutura curricular e os planos de estudo, obviamente com as disciplinas e as respectivas cargas horárias.

O item VI “elementos curriculares do Ensino Primário”, tal como item anterior, apresenta a mesma estrutura cujo conteúdo corresponde ao Ensino Primário, um ciclo de formação que é parte integrante do Subsistema da Educação do Ensino Geral.

O item VII “opções metodológicas de gestão de processos de ensino e da aprendizagem”, apresenta propostas estratégicas que visam a promoção de um ensino, uma aprendizagem e avaliação integradora, democrática, dialógica inclusiva e de qualidade, na gestão das actividades didáctico-pedagógicas que decorrem da implementação da política educativa. Este item é uma lembrança que se faz relativamente ao que está em causa no Sistema de Educação e Ensino Angolano: a formação de sujeitos criativos, críticos, inovadores e com sentido patriótico, onde o trabalhar a CHAVE (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e ética) informam tal metas. As opções metodológicas nesse caso, constituem proposições importantes sobre como organizar e gerir estrategicamente o ensino, a aprendizagem e a avaliação.

No item VIII, “características gerais dos programas”, estão presentes os elementos que articulam os programas das disciplinas, de cada um dos ciclos de formação deste plano curricular. É uma informação que contribui para melhor gestão dos programas das disciplinas, visando ao alcance dos objectivos a que o sistema da educação se propõe cumprir com cada uma das disciplinas do plano de estudo.

Finalmente, o item, “tratamento metodológico de um tema”, apresenta um exemplo sobre as estratégias a utilizar para o levantamento do número de aulas possíveis num determinado tema; ou seja, mostra os procedimentos para a preparação e planificação de actividades docentes, semanais, mensais e trimestrais, conforme ao caso. Nesse sentido, é um mecanismo extremamente importante para a previsão de tipologias de aulas necessárias em cada um dos temas do programa disciplinar.

1. Contexto Educativo Angolano

Angola, como país, surge a 11 de Novembro de 1975 data da proclamação da sua independência, do jugo colonial português que durou aproximadamente cinco séculos. Situa-se na África Austral onde ocupa uma área de 1.246.700 km² com uma população aproximadamente de 26 milhões (INE, 2016), distribuída em 18 províncias. É um país com uma diversidade cultural, histórica, económica e linguística, sendo o português a língua oficial, de comunicação entre os angolanos e de ensino; porém, em regime de experimentação, foram introduzidas algumas línguas de Angola no currículo do ensino primário.

Quanto a Educação e Ensino, a República Popular de Angola, compreendendo a importância deste sector como factor essencial para o desenvolvimento do país e um mecanismo para a elevação do nível de vida das populações, criou um Sistema de Educação e Ensino que não englobou nos seus objectivos e princípios, os vestígios da política educativa colonial, tendo consagrado na sua Lei Constitucional, a educação, como um direito de todos os cidadãos, sem discriminação do sexo, raça, etnia ou crença religiosa.

O Sistema Nacional de Educação e Ensino aprovado em 1977 começou a ser implementado em 1978 e teve, entre outros princípios gerais, os seguintes:

- › Igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos;
- › Gratuitidade do ensino a todos os níveis;
- › Aperfeiçoamento constante do pessoal docente.

O Sistema de Educação e Ensino organizava-se da seguinte forma:

- › Um Subsistema do Ensino de Base;
- › Um Subsistema do Ensino Técnico-Profissional;
- › Um Subsistema do Ensino Superior.

De acordo com tal organização, o Sistema de Ensino contava com as seguintes componentes:

- › Ensino Geral de Base com oito classes - as quatro primeiras constituíam o I Nível obrigatório (1.^a à 4.^a classe), duas do II Nível (5.^a e 6.^a classes) e duas do III Nível (7.^a e 8.^a classes);
- › Ensino Pré-Universitário com 4 semestres (dois anos);
- › Ensino Médio de quatro anos (com dois ramos, técnico e normal);
- › Ensino Superior.

Para alcançar os objectivos acima referenciados, Angola contava apenas com cerca de 25 mil professores, a maioria dos quais malformados.

Entre 1977 e 1980 estudavam nas escolas do país cerca de meio milhão de angolanos, um número bastante considerável se comparado ao do tempo colonial. Esta grande

afluência da população às escolas, provocou um impacto negativo no Sistema de Educação. Por outro lado, a guerra civil que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos até 2002, cujas consequências faziam-se sentir principalmente nas zonas rurais onde as infra-estruturas escolares não foram poupadas, constituiu um outro impacto negativo no Sistema de Educação e Ensino.

Estes motivos bastantes levaram a que, em 1986, o Ministério da Educação efectuasse um diagnóstico ao Sistema de Educação, o que permitiu fazer um levantamento das suas debilidades e necessidades. Com base nesse diagnóstico, concluiu-se que era necessário realizar uma nova Reforma Educativa. Assim, foram traçadas as linhas gerais para a sua implementação.

Em 1990, Angola alterou o Sistema Político Monopartidário e enveredou para o Sistema Político “Multipartidário”, o que inevitavelmente provocou mudanças na sua política educativa.

Apesar dessa alteração política, a guerra continuou a ser uma constante desestabilizadora com os seus efeitos nefastos sobre o Estado, as populações e as infra-estruturas económicas e sociais. A rede escolar do país ficou fragilizada e, como consequência, as poucas escolas de certas capitais das províncias como Luanda, Benguela e Lubango para onde se refugiaram as populações, ficaram sobressaturadas.

De 1990 a 1992, a taxa bruta de escolaridade atingiu cerca de 80% no ensino primário. A partir de 1992, a situação agravou-se, estimando-se que o número de crianças em idade pré-escolar tenha ultrapassado os dois milhões, mas somente 1% dessas crianças tinham acesso ao ensino.

Neste contexto bastante adverso, o sector da Educação mostrava um fraco desempenho em termos qualitativo e quantitativo. Para mudar este quadro, a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou, em 2001, a Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, sobre a Lei de Bases do Sistema de Educação.

Esta Lei estabeleceu as bases legais para a realização da 2.ª Reforma Educativa em Angola, cujos objectivos gerais foram:

1. Expandir a Rede Escolar;
2. Melhorar a Qualidade de Ensino;
3. Reforçar a Eficácia do Sistema de Educação;
4. Melhorar a Equidade do Sistema de Educação.

Apesar dos esforços do Governo em melhorar o desempenho do sector, com a construção de mais escolas em todo o país, a elaboração dos materiais pedagógicos (planos curriculares, programas de ensino, manuais pedagógicos, guias metodológicos, cadernos de actividades, sistema de avaliação das aprendizagens, etc.) e o reforço da eficácia e da equidade do Sistema, o relatório da avaliação global realizada em 2014 detectou algumas insuficiências que urgem ser equacionadas.

Os dados e as informações recolhidos durante os encontros da apresentação e discussão pública do Relatório da Avaliação Global da Reforma Educativa permitiram ao MED elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2015-2025, cuja meta é oferecer uma educação de qualidade definida pela 2.ª Reforma Educativa e alinhado com o PND (2015-2017) e PNFQ.

Em consonância com esta realidade e para adequar o Sistema de Educação às novas realidades e necessidades, o Governo de Angola aprovou a Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, relativo à Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE).

Segundo o artigo 17.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, o Sistema de Educação e Ensino é unificado, sendo constituído por seis Subsistemas de Ensino e quatro Níveis de Ensino.

É ponto assente que a Lei n.º 17/16 contém algumas inovações comparativamente à Lei n.º 13/01. Como prova disso, introduz a Educação Pré-Escolar como um nível de ensino importante na formação do cidadão. Outro aspecto são os fins da educação estabelecidos na Lei n.º 17/16, que mostram a necessidade de adoptar um novo modelo do ensino e aprendizagem que salvguarde os conhecimentos, as habilidades, as atitudes, os valores e a ética, onde o aluno constitui o núcleo central da acção pedagógica da escola.

2. Sistema de Educação e Ensino

A educação, na sua condição de fenómeno social feito na sociedade, com a sociedade e para a sociedade, constitui um processo através do qual os homens moldam-se segundo os padrões socialmente aceites. No caso da educação escolar, o processo planificado e sistematizado, caracterizado pelo ensino e aprendizagem, permitem a preparação integral do indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva (artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 7/16, de 7 de Outubro), numa base essencialmente científica.

Nesse sentido, o ensino e a aprendizagem são processos que cristalizam o conjunto de proposições de um determinado estado, e realizam-se por intermédio do chamado Sistema de Educação e Ensino. Em Angola, e no seu artigo 4.º, o Sistema de Educação e Ensino é definido como o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais realiza-se o processo educativo, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social. A operacionalização do Sistema de Educação e Ensino, visando o cumprimento dos fins, faz-se através de quatro níveis de ensino e de uma estrutura que compreende seis subsistemas.

2.1. Fins da Educação

O estado angolano assume a educação como um bem comum, através do qual procura alcançar um sistema de fins educativos expressos no artigo 4.º da sua Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. A partir desses fins, na sua essência, compreende-se que a preocupação do estado angolano consiste em formar sujeitos críticos, criativos e inovadores, capazes de promover o bem-estar comum não só da sociedade angolana, mas também, da região austral, do continente e do mundo.

Veja-se a seguir os fins do Sistema de Educação e Ensino em Angola (artigo 4.º):

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como o sentimento patriótico dos cidadãos, especialmente dos jovens, de maneira contínua e sistemática, e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país;
- b) Assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para uma adequada e eficaz participação na vida individual e colectiva;
- c) Formar indivíduos capazes de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para a sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos;
- d) Promover o desenvolvimento da consciência individual, em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, pela unidade nacional, pela preservação do meio ambiente e pela contínua melhoria da qualidade de vida;

- e) Fomentar o respeito mútuo e os superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida e à dignidade humana, à liberdade e à integridade pessoal e colectiva;
- f) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos com atitude de respeito pela diferença, permitindo uma saudável integração regional e internacional;
- g) Garantir a excelência, o empreendedorismo, a eficiência e a eficácia do processo de formação integral do indivíduo.

2.2. Estrutura de Sistema de Educação e Ensino

Para o alcance dos fins do Sistema de Educação e Ensino em Angola, a própria Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, ou a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, no seu artigo 17.º, estipula a estrutura através da qual é possível a sua materialização. Assim, o Sistema de Educação e Ensino é unificado e compreende seis subsistemas de ensino que corporizam os quatro níveis de ensino.

Como subsistemas de ensino do Sistema de Educação e Ensino angolano, verificam-se os seguintes:

- a) Subsistema de Educação Pré-Escolar;
- b) Subsistema de Ensino Geral;
- c) Subsistema de Ensino Secundário Técnico Profissional;
- d) Subsistema de Formação de Professores;
- e) Subsistema de Educação de Adultos;
- f) Subsistema de Ensino Superior.

Estes subsistemas de ensino condensam a organização do Sistema de Educação em quatro níveis de Ensino, designadamente:

- a) Educação Pré-Escolar;
- b) Ensino Primário;
- c) Ensino Secundário; e
- d) Ensino Superior.

3. Níveis de aprendizagem na abordagem dos conteúdos

A aprendizagem de qualidade é, actualmente, a meta do acto educativo que tem lugar em instituições de ensino, vulgarmente conhecidas por escolas. No entanto, o alcance dessa meta implica um trabalho didáctico-pedagógico que esteja verdadeiramente ao serviço da assimilação e acomodação do conteúdo do ensino na estrutura cognitiva do sujeito em construção social (aluno). Com efeito, ao trabalho docente será requerido o uso diversificado de procedimentos metodológicos que demandem, não só a memória para retenção dos conteúdos, mas também, outras habilidades intelectuais do aluno na perspectiva da sua formação integral, apontando para a utilização dos conhecimentos científicos aprendidos na resolução tanto dos problemas do mundo da ciência, como dos da vida quotidiana.

Nesse sentido, pressupõe-se que a abordagem dos conteúdos de ensino e da aprendizagem, em contextos escolares, seja feita mediante envolvimento de diferentes níveis de aprendizagem, dentre os quais se destacam os seguintes: (a) nível reprodutivo do conhecimento, (b) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica e (c) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social.

a) Nível reprodutivo do conhecimento

O nível reprodutivo implica a capacidade de retenção do conhecimento e a sua posterior repetição ou reprodução, de forma integral tal como abordado ou apenas na sua essência. Está em causa o conhecimento assimilado no tratamento metodológico do conteúdo que representa. Nesse sentido, as actividades de aprendizagem tendem a uma organização estrutural que exigem do aluno a memorização do conhecimento, esperando-se, entretanto, que tal não seja mecânica.

Por isso mesmo, a abordagem do conteúdo carecerá sempre de recurso à realidade circundante mediante exemplos de factos, objectos e acontecimentos mais próximos ao mundo real do aluno.

Este nível de aprendizagem justifica a necessidade da função de diagnóstico no quadro da aprendizagem de conhecimentos assimilados pelo aluno, quer em espaços específicos para as situações de ensino e de aprendizagem formais, quer em outros espaços de convivência social: família, igrejas, clube de amigos, local de

lazer, entre outros.

Finalmente, tal como referenciado, com o nível reprodutivo, trabalham-se os conteúdos na relação professor-aluno, aluno-aluno ou o aluno isoladamente, para o desenvolvimento da sua capacidade de memória, dimensão intelectual indispensável ao desenvolvimento da estrutura cognitiva.

b) Nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica

Este nível, também conhecido como produtivo, objectiva a manifestação de habilidades intelectuais na resolução de situações de natureza científica; ou seja, o aluno trabalha no sentido de aplicar os conhecimentos científicos que corporizam a sua estrutura cognitiva às situações novas, concretas ou hipotéticas, do mundo da ciência.

Significa que a aprendizagem sobre os conteúdos agendados para uma determinada aula, em certo momento, é feita com base em situações-problema, de natureza científica. Para isso, o leque de estratégias metodológicas de ensino implicará um recurso aos conhecimentos tidos como já assimilados pelo aluno, estimulando-o a ser capaz de analisar os desafios subjacentes nas situações-problema, concretas ou hipotéticas de natureza científica.

Com este nível aplicativo, procura-se, tão-somente, que o aluno seja preparado, no quadro da educação escolar, como um potencial descobridor de soluções para situações-problema que a vida coloca diante da ciência. Trata-se, assim, em contextos de ensino, do momento de aprendizagem de conteúdos que visam o desenvolvimento da capacidade retroactiva do conhecimento com implicações às outras capacidades, nomeadamente a criativa, a inovativa, a recreativa e a crítica do aluno, todas de natureza científica.

É uma oportunidade integradora de capacidades intelectuais, onde os desafios que se colocam ao aluno objectivam a ampliação do seu conhecimento científico ou produtivo, em função das suas temporalidades. Nesse caso, os percursos e os resultados do aluno, durante a resolução dos problemas propostos, poderão permitir ao professor a adopção de estratégias de superação das dificuldades que tenham surgido objectivamente ou não, por conta de alguma insuficiência de conhecimentos, da parte do aluno. Significa que, o professor será igualmente desafiado para realizar intervenções pedagógicas pontuais que promovam a aprendizagem do conhecimento científico pelo sujeito em construção social, no

acto da aplicação prática dos saberes por estes incorporados na sua estrutura cognitiva.

Portanto, o momento de aplicação do conhecimento é também uma soberana oportunidade não só para a sua consolidação, mas também, para a construção de novos conhecimentos.

c) Nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social

O presente nível de aprendizagem, também conhecido como produtivo no mundo social, difere do anterior no campo de aplicação. Pois, este aplica-se às situações reais ou hipotéticas do dia-a-dia, procurando preparar o sujeito para os desafios da vida quotidiana, durante a abordagem dos conteúdos programáticos na aula.

No entanto, os procedimentos de natureza metodológica no tratamento desses conteúdos são, na prática, os mesmos, tanto neste nível de aprendizagem como no de aplicativo científico, requerendo, obviamente, o envolvimento directo e total dos alunos na busca de soluções para as situações-problema propostas.

A grande e, provavelmente, a única diferença entre esses dois níveis de aplicação de conhecimentos, quer na sua construção como na consolidação daquilo que se declara na linha dos objectivos da aula, é a utilização de situações-problema do dia-a-dia do aluno; isto é, como é o caso neste nível. Neste nível de aprendizagem, talvez o mais integrador que os outros na preparação dos sujeitos, pressupõe-se um vínculo desejável entre os conhecimentos científicos e a realidade dos contextos de aprendizagem.

Significa que, com ele, além de envolver o aluno em actividades de aprendizagem mais próximas à sua realidade, acabam, também, por dar vida aos conteúdos programáticos; pois a sua abordagem didáctica e pedagógica, ainda que verse sobre situações-problema hipotéticas, é centrada na realidade que caracteriza os tempos e espaços de vida do sujeito em construção social.

Logo, com o envolvimento do aluno na abordagem dos conteúdos centrada tanto no nível aplicativo científico como no social, aumentam-se, sobremaneira, as possibilidades

1- Trata-se do momento em que os alunos procuram descobrir, por si mesmos, as relações intrínsecas de natureza pedagógica e didáctica entre o conhecido e o desconhecido no acto da resolução de situações-problema, variáveis indispensáveis nos processos de ensino e da aprendizagem escolar.

para as diferentes interactividades como:

(I) **Intelectuais** : as que subjazem da busca de solução ao problema proposto que implicam, necessariamente, a mobilização de recursos cognitivos assimilados e acomodados na estrutura cognitiva do aluno, gerando, mais ou menos, outros recursos cognitivos durante a realização de múltiplas operações mentais. Por outro, o pensamento lógico, criativo, inovador e crítico, identifica-se com as habilidades mentais decorrentes das interactividades intelectuais ao nível da estrutura cognitiva do sujeito;

(II) **Físicas** : aquelas decorrentes da manipulação de diversos materiais didácticos e pedagógicos, à disposição dos actores da aula, na realização das operações necessárias à produção da solução, para a situação-problema proposta;

(III) **Afectivas** : consistem no conjunto de manifestações de ordem psicológica que variam em grau e intensidade, tanto do lado do aluno como do professor, dependendo dos níveis de satisfação ditados pelos processos e resultados das actividades de aprendizagem, em torno da situação-problema em causa. Trata-se da variedade de emoções, sentimentos, desejos, alegrias, frustrações e outras, em função dos sucessos ou fracassos gerados pela busca de soluções esperadas para a situação-problema proposta;

(IV) **Sociais** : são tipicamente decorrentes das relações humanas que se estabelecem enquanto se resolvem as situações-problema. Isto porque os processos de ensino e da aprendizagem que informam a realização do conjunto de operações, quer de natureza mental quer física e afectiva, não só têm lugar num meio social, mas também, porque implicam relações interpessoais de diferentes dimensões entre alunos e entre estes com o professor.

Por isso, parece importante repensar-se a estruturação das etapas que impactam os processos de ensino e da aprendizagem, no sentido de estas informarem uma educação problematizadora, porque criativa, inovadora, crítica, inclusiva e integradora, como forma de se cumprir com os fins da educação do estado angolano (artigo 4º da LBSEE). Com o efeito, clama-se por abandono do paradigma que consiste em dar aulas para assumir-se o de fazer aulas, onde o aluno, sob orientação e supervisão do professor, é o protagonista da sua própria aprendizagem mediante interacção com os outros e com os recursos didácticos e pedagógicos disponíveis.

4. Organização Curricular da Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-escolar é um dos seis Subsistemas de Educação e Ensino e dos quatro níveis de Ensino previstos na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, artigo 17.º, cujo principal objecto é o de cuidar a primeira infância como forma de atender à Declaração Universal dos Direitos da Criança proposta pela ONU, e ratificada pelo Governo Angolano.

4.1. Objectivos gerais do Subsistema da Educação Pré-Escolar

O subsistema de Educação Pré-escolar, de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, no seu artigo 22.º, tem os seguintes objectivos:

- a) Estimular o desenvolvimento intelectual, físico, moral, estético e efectivo da criança, garantindo-lhe um ambiente sadio, de modo a facilitar a sua entrada no subsistema de Ensino Geral;
- b) Permitir uma melhor integração e participação da criança, através da observação e compreensão do meio natural, social e cultural que a rodeia;
- c) Desenvolver as capacidades de expressão, de comunicação, de imaginação criadora, estimulando a curiosidade e a actividade lúdica da criança.

4.2. A Educação Pré-escolar

A Educação Pré-escolar constitui-se na base fundamental da educação nas classes subsequentes e é de extrema importância para a construção das capacidades intelectuais, motoras e sociais da criança.

O Subsistema de Educação Pré-escolar é o alicerce da educação que cuida da primeira infância, na fase da vida da criança em que se devem realizar acções de condicionamento e de desenvolvimento psicomotor. A Educação Pré-escolar é a pela construção das habilidades que preparam a criança para o ensino obrigatório, satisfazendo as suas necessidades básicas de aprendizagem.

Este nível de ensino pode ser realizado nos Jardins Infantis ou nas instituições escolares do Ensino Primário estatais ou privadas.

4.2.1. Caracterização geral da Educação Pré-Escolar

A educação Pré-escolar é primeira etapa da educação do indivíduo. É o alicerce do processo de educação ao longo da vida. Para tal, o Estado deve criar políticas que permitam à criança, considerada o futuro da Humanidade, aprender de forma lúdica, desenvolvendo suas habilidades na base dos saberes primários impregnados de valores. Este subsistema de ensino não deve ser organizado apenas para a escolaridade obrigatória, mas também numa perspectiva de alcançar uma educação para a vida, devendo, para o efeito, criar condições para abordar com sucesso as etapas seguintes.

A Educação Pré-escolar compreende a etapa que vai desde o nascimento da criança até aos cinco anos, passando por etapas educativas correspondentes com as idades e as características de cada ciclo.

A Lei de Bases n.º 17/16, de 7 de Outubro, do Sistema de Educação e Ensino, no seu artigo 21.º, enaltece o Subsistema de Educação Pré-escolar, como base de educação que cuida da primeira infância, numa fase da vida em que se devem realizar as acções de condicionamento e de desenvolvimento psicomotor. Desta forma, a mesma Lei de Bases no seu artigo 23.º estabelece a estrutura da Educação Pré-escolar em três etapas como as que se seguem:

- a) Creche: dos 03 (três) meses aos 3 (três) anos de idade;
- b) Jardim de Infância: dos 3 (três) aos 5 (cinco) anos de idade;
- c) Jardim-de- Infância: é o ciclo que agrega crianças com idades que vão dos três aos seis anos de idade. Neste ciclo, estão inclusas crianças com cinco anos que ingressam para a Classe de Iniciação que tem uma duração de um ano.

A Classe de Iniciação pode ser ministrada em creches ou em escolas do Ensino Primário.

A etapa do Pré-escolar é de imensas aquisições e de extrema importância para a vida futura da criança, já que, é nesta em que a sua personalidade se forma. Daí que seja inevitável garantir o máximo desenvolvimento das potencialidades infantis.

Os primeiros anos de vida são fundamentais para a criança, sobretudo para o desenvolvimento da sua personalidade, das competências cognitivas, da capacidade de se relacionar consigo mesma e com os outros e da sua atitude face ao mundo das coisas.

A Reforma Curricular afigura-se necessária sempre que o sistema vigente se revele incapaz para responder às necessidades e aos interesses da Sociedade, desde que a

sua concepção e implementação passe pela socialização com todos os intervenientes do processo como políticos, investigadores, gestores, pedagogos, parceiros sociais, sociedade, em geral, entre outros que, de uma forma ou de outra, façam ecoar a sua voz, no sentido de verem a sua cultura e interesses plasmados no quadro curricular desenhado.

A Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino, acima referida, prevê a formação de cidadãos motivados e capazes de intervir activa, crítica e eficientemente na realidade que os cerca, o que implica o sucesso educativo dos alunos, particularmente dos alunos de ensino obrigatório. Para tal, devem ser criadas as condições fundamentais para a abordagem das etapas posteriores tendo em conta o contexto dos sujeitos.

No entanto, é necessário que toda a exigência educativa se inicie nos alunos enquanto crianças na Educação Pré-escolar, pois é na infância que se devem realizar as acções de desenvolvimento psicomotor que vão promover o desenvolvimento intelectual, físico, moral, estético e afectivo da criança, garantindo-lhe condições objectivas que facilitem o seu ingresso no subsistema do ensino geral.

As actividades para crianças da Educação Pré-escolar baseiam-se, principalmente, na ludicidade, tendo como lema “Aprende-se brincando”. Ao longo do desenvolvimento das actividades com as crianças de Educação Pré-escolar, vão-se integrando alguns conteúdos transversais, tais como: Educação para a paz, Educação para a saúde, Educação Ambiental, Educação nutricional, Educação intercultural, não descurando a dramatização, que deverá acompanhar as actividades em todas as áreas disciplinares, pois é através dela que a criança desenvolve a linguagem.

A brincadeira é um aspecto fundamental. Segundo Lima (1992), “a criança brinca para se conhecer a si própria e aos outros, nas suas relações recíprocas, para aprender as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura; para conhecer os objectos em seu contexto, para desenvolver a linguagem e para trabalhar com o imaginário e conhecer os fenómenos que ocorrem à sua volta”.

4.2.2. Perfil de saída dos alunos da Educação Pré-Escolar

A educação é uma prática social que tem como objectivo a formação integral dos sujeitos. No decurso da vida dos sujeitos, a educação decorre em diferentes espaços e momentos, passando pelo processo da organização e reorganização dos espaços escolares e obedece os tempos de formação dos indivíduos de acordo com os diferentes contextos.

Porém, a dinâmica que se tem verificado nas salas de actividades exige que se renovem periodicamente os métodos pedagógicos das diferentes áreas curriculares permitindo a ressignificação da prática docente e do trabalho colaborativo entre educadores e professores.

No entanto, urge a necessidade de as crianças, nas suas aprendizagens, compreenderem, descobrirem, construírem e reconstruírem o conhecimento para que este se transforme numa aprendizagem significativa, valorizando a curiosidade, a autonomia e a atenção permanente. É muito importante e imperioso pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensamento.

Neste contexto, na caracterização da Educação Pré-escolar, prevê-se a formação integral e harmoniosa da criança à luz dos artigos 4.º e 22.º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, a Lei n.º 17/16, tendo em conta as finalidades e os objectivos desta na Educação a este nível.

Assim, ao terminar a Classe de Iniciação, a criança deverá ter como perfil, as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas desenvolvidas de acordo com o seu contexto e sociedade, deverá compreender os problemas locais, respeitar os valores e símbolos nacionais, respeitar a vida e a integridade humana, desenvolver princípios de empatia, promover hábitos e comportamentos saudáveis, fomentar princípios de oralidade no âmbito da globalidade e o espírito de solidariedade com os mais próximos e impulsionar hábitos sustentáveis que promovam os princípios de conservação e preservação da natureza.

As competências construídas permitir-lhe-ão uma harmonização socioeconómica e cultural, preparando-o para novos desafios.

4.2.3. Estrutura curricular Educação Pré-escolar

O Plano Curricular de Educação Pré-escolar deve contemplar áreas com conteúdos que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão social, económica, política e cultural da criança e garantir que as crianças encontrem espaços para construir as suas aprendizagens de modo a favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado.

Na estrutura curricular da Educação Pré-escolar, constam as seguintes faixas etárias:

- › Dos 3 meses aos três anos;
- › Dos 3 anos aos cinco;
- › Dos 3 anos aos seis (compreendendo a Classe de Iniciação com ingresso para a creche ou escola Primária marcada para os cinco anos).

As áreas curriculares que o constituem são as seguintes:

- › Comunicação linguística e literatura infantil;
- › Representação Matemática;
- › Meio Físico e Social;
- › Expressão Motora/Psicomotricidade;
- › Expressão Manual e Plástica;
- › Expressão Musical.

4.2.4. Planos de Estudo

O Plano de estudo é um instrumento pedagógico que tem por objectivo organizar as actividades preconizadas para cada nível de ensino tendo em conta a faixa etária dos sujeitos. Neste caso, para a Educação Pré-escolar, as diferentes áreas curriculares que constituem o Plano de Estudo, tal como prevê a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 17/16, destinam-se a todas as faixas etárias da Educação Pré-Escolar (dos 3 meses aos 3 anos; dos 3 anos; dos 4 anos e dos 5 anos de idade que constitui a Classe de Iniciação).

Para esta franja da sociedade, os Estados e Governos devem criar políticas que visem o total desenvolvimento e protecção da criança, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos da Criança proposta pela Organização das Nações Unidas, em 1959.

Face ao acima exposto, o Plano Curricular da Educação Pré-escolar é concebido de acordo com as diferentes faixas etárias que constituem o Subsistema da Educação Pré-escolar, e constitui-se no seguinte:

4.2.4.1. Plano de Estudo dos 0 aos três anos de idade

Áreas	Horário semanal
As rotinas	
As Actividades Pedagógicas	
Período de adaptação da Criança à Creche	
Planificação nos vários Domínios de Desenvolvimento da Criança	
Total horas/semanais	
N.º de áreas/semanais	
Horas lectivas anuais	

A criança, nos primeiros meses de sua vida, precisa de cuidados especiais que se consubstanciam nas necessidades afectivas, alimentação, descanso, higiene, adaptação e na planificação cuidada das actividades para o desenvolvimento e formação integral e harmoniosa da criança.

Para se cuidar da primeira infância, na faixa etária dos 0 aos 3 anos de idade, a educação da criança é feita em creches atendendo uma planificação baseada nas principais necessidades que caracterizam e atendem o sujeito nesta fase de sua vida.

No entanto, é importante enfatizar que, nesta faixa etária, toda a aprendizagem faz-se na base da brincadeira como forma lúdica de estimular o desenvolvimento intelectual, físico e socioafectivo do indivíduo, preparando-o para os desafios que a vida impõe e na satisfação das necessidades básicas da criança como as rotinas para o descanso, a alimentação, a higiene, a integração social, socioafectiva, entre outras, e a planificação das actividades nos vários domínios de desenvolvimento da criança como as actividades psicomotoras, a comunicação linguística, a representação matemática e afectiva/social, e as expressões musical e plástica.

Nesta faixa etária, as actividades devem estar de acordo com os diferentes ciclos de desenvolvimento da criança tal como rezam os respectivos programas como:

- › Horário de Vida do 1.º Berçário (3 – 6 meses)
- › Horário de Vida do 2.º Berçário (6 – 12 meses)
- › Horário de Vida do 3.º Berçário (12 – 36 meses)

4.2.4.2. Plano de Estudo para os três anos.

Áreas	Horário semanal
Comunicação linguística	2
Representação Matemática	1
Meio Físico e Social	1
Expressão Manual e Plástica	2
Expressão Musical	2
Expressão Motora/Psicomotricidade	1
Total horas/semanais	9
N.º de áreas/semanais	6
Horas lectivas anuais	240

O plano de estudo para os três anos de idade é um instrumento pedagógico que permite colocar em evidência actividades preconizadas para esta faixa etária.

Entretanto, as áreas curriculares da Educação Pré-escolar complementam-se num plano não compartimentado, mas antes inter-relacionado, cujo objectivo comum é a formação integral da criança.

Nunca é demais recordar que o objecto principal da educação é o desenvolvimento multifacetado, harmonioso e sadio dos sujeitos.

Portanto, a planificação proposta para a faixa etária dos três anos garante que a organização dos conteúdos permita o alcance dos objectivos para esta idade, tais como:

- › Desenvolver a linguagem;
- › Associar as ideias;
- › Relacionar os sujeitos com o meio circundante;
- › Desenvolver os sentidos: audição, visão, olfacto, gosto e tacto;
- › Cultivar hábitos de rotina;
- › Desenvolver a psicomotricidade;
- › Desenvolver a coordenação dos movimentos;
- › Desenvolver o hábito e o gosto pela leitura;
- › Desenvolver a habilidade para a escrita;
- › Cultivar a atenção, a habilidade e o hábito pela higiene pessoal e do meio.

As actividades das diferentes áreas deverão durar de 7 a 15 minutos e as da psicomotricidade entre 15 a 30 minutos.

A carga horária proposta não é de cumprimento rígido. Pode sofrer alterações, tendo em conta as necessidades do grupo etário, o contexto e a criatividade do educador/ professor, visto que, nessa idade, as crianças desenvolvem as suas competências brincando.

Por isso, pode-se pensar que a brincadeira pode constituir-se numa das actividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. O facto de ela, desde cedo, poder comunicar-se por meio de gestos, sons e, mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, permite desenvolver a sua imaginação e a consequente criatividade.

4.2.4.3. Plano de Estudo para os quatro anos

Áreas	Horário semanal
Comunicação linguística	5
Representação Matemática	4
Meio Físico e Social	2
Expressão Manual e Plástica	4
Expressão Musical	2
Expressão Motora/Psicomotricidade	2
Total horas/semanais	19
N.º de áreas/semanais	6
Horas lectivas anuais	630

O trabalho de linguagem verbal de crianças dos 4 anos deverá centrar-se, fundamentalmente, na sua forma oral, incorporando progressivamente outras actividades (desenhos, leituras de gravuras, sem insistir para que a criança faça a tal leitura e interprete aquilo que está a observar nos livros). Isto permitirá a formação de bases para trabalhos futuros nestas áreas e nos seus conteúdos, para a Classe de Iniciação e Ensino Primário.

A Comunicação Oral nesta idade é um instrumento fundamental. As actividades devem permitir que a criança seja capaz de exprimir de maneira simples as necessidades e compreender outras situações do quotidiano. Assim, as crianças deste ciclo, ao terminarem esta fase, deverão estar em condições de se exprimir de forma simples em diversas situações.

Em todas as áreas curriculares, o educador deve estar formado para na sua actuação, ter o sujeito como o centro da aprendizagem. O processo de ensino-aprendizagem deve

privilegiar os saberes primários e criar estratégias para a construção de conhecimentos que concorram para o enquadramento dos sujeitos no contexto e a satisfação das necessidades da própria sociedade.

4.2.4.4. Plano de estudo para os cinco anos

Áreas	Horário semanal
Comunicação linguística	5
Representação Matemática	5
Meio Físico e Social	4
Expressão Manual e Plástica	5
Expressão Musical	3
Expressão Motora/Psicomotricidade	3
Total horas/semanais	25
N.º de áreas/semanais	6
Hora lectivas anuais	950

O contacto com o mundo exterior permite à criança criar conhecimentos práticos sobre o seu mundo interior, relacionando a sua capacidade de perceber a existência de objectos, formas, cores, odores, de movimentar-se no espaço, de manipular objectos, experimentar e comunicar os seus desejos e emoções.

Quanto menor for a idade da criança, maior serão as suas representações e noções sobre o mundo, associadas directamente a jogos. O educador/professor deverá saber que esse domínio e conhecimentos não se consolidam só nesta etapa educacional, têm sequência na 1.ª classe e noutras subsequentes.

Tais domínios são construídos gradualmente, à medida que as crianças desenvolvem atitudes de crítica, de refutação e de reformulação, de explicação para a pluralidade, diversidade e acontecimentos do mundo social e natural.

Todas as formas de aprendizagem devem estar bem assentes no contexto de cada criança, sendo, para tal, necessário que o educador/professor seja formado para o atendimento das particularidades atinentes às características socioeconómicas e culturais dos indivíduos e das necessidades locais.

O educador/professor, no entanto, deve conhecer o meio em que trabalha, por forma a ser capaz de entender e atender o seu objecto de trabalho.

Portanto, as diferentes áreas curriculares nos diferentes ciclos de aprendizagem devem ser concebidas com a flexibilidade necessária para atender os diferentes contextos.

As estratégias de avaliação devem concorrer para a avaliação processual própria para as diferentes faixas etárias e ciclos de aprendizagem.

4.3. Organização Curricular do Ensino Primário

Função social do Ensino Primário

O Ensino Primário tem como função social baseada nos seguintes aspectos:

- › Proporciona conhecimentos necessários com a qualidade requerida;
- › Desenvolver capacidades e aptidões;
- › Consciencializar para a aquisição de valores para a vida social e para o prosseguimento de estudos.

O próprio carácter da função social do Ensino Primário impõe o prosseguimento de metas mais exigentes de desenvolvimento, tendo em vista a realidade sociocultural dos alunos.

Características do aluno neste nível etário

Ao aproximar-se da idade dos sete anos, a criança apresenta modificações consideráveis no seu comportamento, na sua linguagem, nas suas interações com os companheiros e, principalmente, na qualidade do seu raciocínio.

Neste período, o egocentrismo e a fantasia diminuem e ela torna-se capaz de relacionar-se com a realidade física e social de maneira mais objectiva.

A partir dos sete anos, gradualmente, o pensamento vai-se tornando objectivo e descentralizado e a criança consegue operar com as informações do ambiente. Os dados do meio exterior são simbolizados na mente, transformados, organizados e empregados na solução de problemas.

A criança domina, nesta fase, os conceitos de distância, de tempo, de classes, de relações, de número, etc.

Finalmente, é preciso enfatizar que neste período a criança já possui grande parte das habilidades dos adultos, algumas das quais bastante especializadas. No entanto, o seu desenvolvimento, de maneira geral, é mais lento e uniforme quando comparado ao das etapas anteriores e seguintes.

O desenvolvimento cognitivo nesta etapa é caracterizado pelo uso de sistemas logicamente organizados, entre os quais, a classificação e a seriação.

O desenvolvimento emocional está relacionado com o processo de socialização e exige da criança que entre no mundo dos adultos, através da aprendizagem de habilidades que lhe serão úteis no futuro.

A criança descobre que a aceitação ou rejeição social depende das suas realizações. Essas experiências, por sua vez, influenciam a forma do autoconceito que, de maneira geral, se baseia naquilo que os outros dizem a seu respeito.

A agressividade (física ou verbal) é uma das reacções da pessoa submetida à frustração. Uma criança que fracassa na escola pode desenvolver um comportamento agressivo com o professor. Uma outra forma de defesa da rejeição é o retraimento.

A moralidade é basicamente orientada para manter uma relação harmoniosa com os grupos sociais com os quais o indivíduo interage quotidianamente, tais como a família, o trabalho, a escola e os companheiros.

O desenvolvimento social aparece na criança com a necessidade de ter amizades duradouras e de conviver com os companheiros. A incorporação de valores grupais e os sentimentos de orgulho, de lealdade e de solidariedade tornam-se impulsos poderosos no final deste período.

Um aspecto importante da socialização nesta etapa é o desenvolvimento da cooperação. No entanto, a competição aparece como um impulso intenso. Ao competir, a criança pode descobrir capacidades que, de outra forma, não teria percebido. Por outro lado,

a competição pode ser prejudicial quando dá origem a sentimentos de inferioridade ou quando tiver a oportunidade de humilhar os outros companheiros, fazendo-o com todo o prazer, mas tornando-os infelizes.

A cooperação leva a criança a abandonar o egocentrismo e a buscar o diálogo e o respeito pelas regras estabelecidas.

4.3.1. Organização do Ensino Primário

O Ensino Primário é o fundamento do ensino geral constituindo a sua conclusão com sucesso, condição indispensável para a frequência do ensino secundário. O Ensino Primário tem duração de 6 (seis) anos e têm acesso ao mesmo crianças que completam 6 (seis) anos de idade até 31 de Maio do ano da matrícula (artigo 27.º da Lei n.º 17/16).

Quanto à organização, o artigo 28.º da Lei n.º 17/16, espelha que o Ensino Primário integra três ciclos de aprendizagem da seguinte forma:

- a) 1.ª e 2.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 2.ª classe;
- b) 3.ª e 4.ª classes, sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 4.ª classe;
- c) Sendo a avaliação final dos objectivos pedagógicos do ciclo efectuada na 6.ª classe.

4.3.2. Objectivos gerais do Ensino Primário

Segundo o artigo 29.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, sobre a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, são objectivos do Ensino Primário:

- › Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- › Desenvolver e aperfeiçoar o domínio da comunicação e da expressão oral e escrita;
- › Aperfeiçoar hábitos, habilidades, capacidades e atitudes tendentes à socialização;
- › Proporcionar conhecimentos e oportunidades para o desenvolvimento das faculdades mentais;
- › Estimular o desenvolvimento de capacidades, habilidades e valores patrióticos, laborais, artísticos, cívicos, culturais, morais, éticos, estáticos e físicos;

- › Garantir a prática sistemática de expressão motora e de actividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psicomotoras.

4.4. Ensino Primário

4.4.1. Caracterização do Ensino Primário

O Ensino Primário é um nível de ensino obrigatório na escola pública, unitário, com duração de 6 (seis) anos, compreendendo as classes da 1.^a à 6.^a classes, cujo objectivo é a formação básica do cidadão.

A gratuidade no Sistema de Educação e Ensino neste nível traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, na assistência às aulas, no material escolar e no apoio social, onde se inclui a merenda para todos os indivíduos que frequentam o ensino primário nas Instituições Públicas de Ensino (artigo 11.º).

Quanto à obrigatoriedade, a Educação traduz-se no dever do Estado, da sociedade, das famílias e das empresas, de assegurar e promover o acesso e a frequência ao Sistema de Educação e Ensino a todos os indivíduos em idade escolar. A obrigatoriedade da Educação abrange a Classe da Iniciação, o Ensino Primário e o I Ciclo do Ensino Secundário.

O Ensino Primário tem como função social baseada nos seguintes aspectos:

- › Proporcionar conhecimentos necessários com a qualidade requerida;
- › Desenvolver capacidades e aptidões;
- › Consciencializar para a aquisição de valores para a vida social e para o prosseguimento de estudos.

O carácter da função social do Ensino Primário impõe o prosseguimento de metas mais exigentes de desenvolvimento, tendo em vista a realidade sociocultural dos alunos.

4.4.2. Perfil de saída dos alunos do Ensino Primário

Os objectivos já referidos permitem, depois de ampliadas as suas dimensões complementares, o perfil de saída dos alunos deste ciclo com os pontos que se seguem:

- › Conhece e aplica instrumentos básicos de comunicação e expressão oral e escrita;
- › Revela ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades de trabalho, pesquisa, organização, estudo, memorização e raciocínio adequadas às tarefas;

- › Conhece o meio natural e social que o circunda;
- › Conhece o corpo nas suas funções e a importância da higiene e da conservação da saúde.
- › Aplica técnicas de trabalho (estudo, pesquisa, memorização e raciocínio) às novas situações;
- › Manifesta o espírito estético com base nas novas destrezas, conhecimentos e competências adquiridas (física, técnica e de criação artística).
- › Demonstra atitudes correctas de regras e normas de conduta;
- › Revela atitudes de apreço e respeito pela realidade cultural angolana;
- › Revela atitudes de respeito pelo meio-ambiente, pela saúde e pela higiene.

4.4.3. Estrutura Curricular

Na escolaridade obrigatória, o currículo deve reflectir um projecto educativo, globalizador que agrupa diversas facetas da cultura, do desenvolvimento pessoal e social, das necessidades vitais dos indivíduos para se desenvolverem em sociedade, destrezas e habilidades consideradas fundamentais.

Neste nível de escolaridade, e particularmente nos quatro primeiros anos, criam-se as condições para proporcionar aos alunos:

- › Uma transição sem traumas do meio familiar para o meio escolar;
- › A aquisição progressiva de que os alunos são capazes de aprender o que se lhes propõe, o que os torna autoconfiantes;
- › A aquisição dos conhecimentos básicos que lhes permitam, quer a continuação dos estudos, quer a passagem para a vida activa, uma vez que se trata da escolaridade obrigatória;
- › Uma aprendizagem globalizadora em que os conteúdos das diversas disciplinas se organizam à volta de eixos ou núcleos de globalização;
- › O uso de metodologias e estratégias que permitam um ensino globalizador, que possibilitem interpretar a realidade que os cerca como um todo e não como compartimentos estanques, como é apresentado no seu Plano de Estudos que adiante se apresenta.

No artigo 17.º da Lei de Bases do Sistema de Educação, define-se o Ensino Primário como um período unificado de seis anos, constituindo a base do Ensino Geral, tanto para a educação regular como para a educação de adultos, sendo o ponto de partida para os estudos de nível secundário. Por isso, deve constituir uma oportunidade para que os alunos realizem experiências de aprendizagem a vários níveis: do saber-fazer e do saber-ser.

Os valores éticos, cívicos, culturais e outros que se pretendem transmitir através do processo de ensino permitirão que as novas gerações sejam dotadas de conhecimentos lógicos, condição necessária para a resolução de questões problemáticas próprias da vida individual e colectiva.

Atendendo à especificidade psíquica da criança nas primeiras quatro classes, a experiência aconselhou-nos a introduzir o Estudo do Meio, em vez das Ciências Integradas, como disciplina autónoma, para proporcionar à criança o conhecimento sistematizado do meio que a rodeia e como complemento das vivências já adquiridas. A mesma opção foi tomada para a Educação Moral e Cívica como elemento fundamental para o desenvolvimento integral da personalidade humana.

De facto, é neste nível de ensino que se determina em grande parte o futuro dos alunos. Ao tratar-se de uma escolaridade obrigatória, traz ainda maiores responsabilidades à escola e aos professores.

Plano de estudos do Ensino Primário

Para o Ensino Primário definiu-se um conjunto de dez disciplinas consideradas fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e multifacetado das crianças, distribuídas em função do nível de escolaridade e que de seguida apresentamos:

4.4.3.1. Plano de Estudo

Para o Ensino Primário, definiu-se um conjunto de dez disciplinas consideradas fundamentais para o desenvolvimento harmonioso e multifacetado das crianças, distribuídas em função do nível de escolaridade e que de seguida apresentamos:

Disciplinas	Horário semanal					
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	5ª Classe	6ª Classe
Língua Portuguesa	9	9	9	9	8	8
Matemática	7	7	7	7	6	6
Estudo do Meio	3	3	3	3		
Ciências da Natureza					4	4
História					2	2
Geografia					2	2
Ed. Moral e Cívica					2	2
Ed. Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
Ed. Musical	1	1	1	1	1	1
Educação Física	2	2	2	2	2	2

No Plano de Estudos apresentado, podemos constatar o seguinte:

1. Disciplinas e carga lectiva semanal:

- › Nas quatro primeiras classes, existem 6 disciplinas com uma carga horária semanal uniforme de 24 tempos lectivos.
- › Nas duas últimas classes, existem 9 disciplinas com uma carga horária semanal uniforme de 29 tempos lectivos.

2. Disciplinas e carga lectiva anual por classe:

- › Língua Portuguesa (LPort). Para as quatro primeiras classes, e considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, temos para cada classe 270 tempos lectivos. Para as duas últimas classes, teremos 240 tempos lectivos por classe (ciclo=1560).

- › **Matemática (Mat).** Para as quatro primeiras classes, e considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, temos para cada classe 210 tempos lectivos. Para as duas últimas classes, teremos 180 tempos lectivos por classe (ciclo = 1200).
- › **Estudo do Meio (Estm).** Para as quatro primeiras classes, e considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, temos para cada classe 90 tempos lectivos (ciclo = 360).
- › **Ciências da Natureza (Cnat).** Para as duas últimas classes, teremos 120 tempos lectivos por classe (ciclo = 240).
- › **História (Hist).** Para as duas últimas classes, teremos 60 tempos lectivos por classe (ciclo = 120).
- › **Geografia (Geo).** Para as duas últimas classes, teremos 60 tempos lectivos por classe (ciclo = 120).
- › **Educação Moral e Cívica (edmC).** Para as duas últimas classes, teremos 60 tempos lectivos por classe (ciclo = 120).
- › **Educação Manual e Plástica (edmP).** Para as seis classes, e considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, teremos 60 tempos lectivos por classe (ciclo = 360).
- › **Educação Musical (edm).** Para as seis classes, e considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, temos 30 tempos lectivos por classe (ciclo = 180).
- › **Educação Física (edF).** Para as seis classes, e considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, teremos 60 tempos lectivos por classe (ciclo=360).

2. Carga lectiva anual por classe:

- › Considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, nas quatro primeiras classes, teremos 720 tempos lectivos respectivamente.
- › Considerando um ano lectivo regular de 30 semanas lectivas, para as duas últimas classes, teremos 870 tempos lectivos respectivamente.

3. Carga lectiva do ensino Primário:

- › Ao terminar o Ensino Primário, com um ano lectivo estimado de 30 semanas, o Plano de Estudo prevê uma carga de 4 620 tempos lectivos.

Disciplinas	Horário semanal						Ciclo
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	5ª Classe	6ª Classe	
Língua Portuguesa	9	9	9	9	8	8	1560
Matemática	7	7	7	7	6	6	1200
Estudo do Meio	3	3	3	3			360
Ciências da Natureza					4	4	240
História					2	2	120
Geografia					2	2	120
Ed. Moral e Cívica					2	2	120
Ed. Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2	360
Ed. Musical	1	1	1	1	1	1	180
Educação Física	2	2	2	2	2	2	360
Total de T.L. Semanal	24	24	24	24	29	29	
Total de T.L. Anual	720	720	720	720	870	870	4620
Total de Disciplinas	6	6	6	6	9	9	

4. Objectivos gerais por disciplina:

Língua Portuguesa

- › Desenvolver um instrumento de comunicação e expressão oral e escrita que permita uma integração social e uma participação consciente no processo de desenvolvimento do país;
- › Permitir uma compreensão do conteúdo das outras disciplinas, que exigem do aluno um domínio cada vez mais alargado do vocabulário;

- › Desenvolver o gosto pela leitura e permitir o acesso às obras literárias que poderão desenvolver a sensibilidade e criatividade dos alunos;
- › Usar correctamente a Língua Portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar o pensamento próprio.

Matemática

- › Compreender o sentido do número;
- › Desenvolver a noção da estrutura do sistema numérico;
- › Desenvolver habilidades de cálculos com a resolução de problemas de aritmética com números inteiros, decimais, fraccionários;
- › Conhecer as propriedades das figuras geométricas;
- › Desenvolver as formas de pensamento lógico e a capacidade de utilizar correctamente os métodos dedutivos da lógica;
- › Conhecer as diferentes grandezas.

Estudo do Meio

- › Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal, promotora da saúde e da qualidade de vida; e
- › Reconhecer e identificar elementos espaço-tempo que se referem a acontecimentos, factos, marcas da história pessoal e familiar, da história local e nacional.

Ciências da Natureza

- › Contribuir para a formação científica dos alunos mediante a aquisição de conhecimentos que permitam interpretar correctamente os fenómenos da Natureza;
- › Desenvolver o amor pela Natureza;
- › Compreender a necessidade da preservação da natureza;
- › Explicar fenómenos com base nas propriedades dos materiais;
- › Reconhecer a importância da ciência e da tecnologia na observação de fenómenos.

História

- › Reconhecer as expressões do património histórico e cultural;
- › Valorizar o património histórico e cultural;
- › Integrar as noções de espaço e de tempo em torno de situações concretas do passado próximo.

Geografia

- › Desenvolver aptidões para reflexão de aspectos geográficos num contexto espacial dos vários elementos da localidade, região e mundo;
- › Desenvolver o vocabulário geográfico dos padrões de distribuição dos fenómenos geográficos, as suas alterações e inter-relações;
- › Reconhecer a desigual repartição dos recursos pela população mundial;
- › Promover a solidariedade para com os que sofrem de escassez dos recursos;
- › Conhecer e consciencializar os alunos dos problemas provocados pela intervenção do Homem ao ambiente;
- › Participar em acções para a conservação e defesa do ambiente;
- › Contribuir na promoção de políticas que conduzam a um desenvolvimento sustentável.

Educação Moral e Cívica

- › Conhecer a identidade pessoal a partir das acções, obrigações, pensamentos, crenças e valores;
- › Compreender a dimensão e a importância das qualidades/valores morais que dão sentido à vida;
- › Desenvolver o sentido da responsabilidade de cada criança na aplicação da regra como uma actividade especificamente humana;
- › Desenvolver o raciocínio moral e o espírito de justiça social.

Educação Manual e Plástica

- › Desenvolver conhecimentos sobre os elementos das artes plásticas e as suas distintas manifestações;

- › Conhecer o uso correcto do material pictórico e outros materiais relacionados com as artes plásticas;
- › Desenvolver habilidades de manipular os seguintes materiais lápis de grafite, de cera e de cores, estimulando a imaginação para a aplicação plástica dos mesmos;
- › Desenvolver conhecimentos práticos das técnicas simples de modelagem, pintura e construção com diferentes materiais.

Educação Musical

- › Desenvolver o pensamento e a capacidade de imaginação musical;
- › Relacionar os sons musicais;
- › Desenvolver o domínio de práticas vocais e instrumentais diferenciados;
- › Conhecer património artístico-musical nacional e internacional;
- › Valorizar o património artístico-musical nacional e internacional;
- › Reconhecer o papel dos artistas na sociedade;
- › Reconhecer o contributo dos artistas na compreensão de diferentes aspectos da vida quotidiana e da história social e cultural.

Educação Física

- › Melhorar a aptidão física, elevando as capacidades físicas de modo harmonioso e adequado às necessidades de desenvolvimento do aluno;
- › Desenvolver nos alunos qualidades volutivas inerentes à formação do cidadão capaz de contribuir activamente para o progresso e enriquecimento da pátria;
- › Promover o gosto pela prática das actividades físicas e aprofundar a compreensão da sua importância como factores de saúde e componente da cultura, na dimensão individual e social.

5. Estratégias Gerais de Organização e de Gestão de Processos de Ensino e de Aprendizagem

A organização e a gestão dos processos de ensino e de aprendizagem no geral consubstanciam na preparação da aula, aqui entendida como todo o momento que propicie aprendizagem, é o grande trunfo para que os alunos possam aproveitá-la ao máximo, mantendo uma relação eficaz com os conteúdos para poder apreender aquilo que o professor propôs como objectivos de ensino. Neste sentido a aula é uma das formas organizativas do processo educativo, que tem como objectivo a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de valores e interesses cognoscitivos e profissionais nos alunos, mediante a realização de actividades de carácter essencialmente académico, a aplicação dos princípios didácticos, e a utilização dos métodos e meios de ensino. Partindo deste princípio epistemológico existem dois grupos de aulas e cada grupo tem os seus tipos de aula como a de tratamento da nova matéria, a) consolidação dos conhecimentos, b) verificação dos conhecimentos e c) aulas combinadas. (YAKOLIEV, 2007).

Na visão de Inforsato, e. C.; Robson, A. S. (2011), consideram que a planificação é uma componente fundamental e muitas vezes decisiva para uma boa gestão de sala de aula, na planificação de ensino, o propósito diz respeito àquilo que deve formar o aprendiz, da maneira mais completa possível, afinal estamos falando de educação. Assim como toda planificação, ele se pensa em etapas que a seguir explicitaremos.

5.1. Estratégias de ensino

A primeira etapa refere-se ao conhecimento da realidade na qual se vai actuar, que será objecto das acções a serem planificadas. Nesta perspectiva, Vascolcelos (1995) afirma que deve-se saber, tão bem quanto possível, as características principais dessa realidade. Esse diagnóstico é realizado por meio de várias ocasiões e oportunidades de se manter contactos com a realidade, essa visão de diagnóstico em processo é fundamental para a vitalidade da planificação, pois por ele se obtém os dados necessários para que se tenha a retroalimentação daquilo que foi planificado de início. A título de exemplo, à medida que um professor de um ano de escolaridade obtém dados dos seus alunos quanto às facilidades ou dificuldades de aprendizagem, ele pode reordenar as suas acções, seus métodos, adequando-os ao ritmo e às necessidades de seus alunos.

5.2. Estratégias de avaliação

Objectivos são metas estabelecidas ou então os resultados previamente estabelecidos que se almeje alcançar e se espera que o aluno alcance em actividades de ensino. Representam as expectativas de modificações nos alunos após a intervenção do ensino – habilidades, conhecimentos, atitudes e valores.

A partir da escolha dos objectivos, o professor é capaz de seleccionar conteúdos, aplicar estratégias de ensino - aprendizagem e elaborar o processo de avaliação para a verificação da efectividade daquele processo, utilizando diversos instrumentos de avaliação como: perguntas orais, perguntas escritas, observação, trabalhos em grupos e individuais, debates, demonstrações, relatórios, chuva de ideias, jogos de papeis as quais favorecem a identificação das fortalezas e fracassos das aprendizagens e suas possíveis causas. Sendo assim, os objectivos se constituem no ponto de partida da planificação, faz-se necessário que observemos a existência de dois tipos de objectivos: (I) Objectivos gerais , são mais amplos e complexos, espera-se alcançá-los em longo prazo, como por exemplo, ao final do ciclo de ensino, incluindo o crescimento desejado nas diversas áreas de aprendizagem. Sua elaboração deve ser directa e sucinta para que não haja confusão em sua interpretação ou acabe se tornando objectivos específicos. E os (II) **Objectivos específicos**, estão relacionados a aspectos mais simples e concretos que podem ser alcançados em menos tempo. Os objectivos específicos são aqueles que esperamos alcançar ao final de um tema ou assunto, que pode ocupar uma aula ou várias.

Para dar resposta aos objectivos é importante que o professor considere as três categorias de objectivos: (I) Objectivos de conhecimento , constituem-se dos conhecimentos que o aluno adquirirá ao longo do processo ensino-aprendizagem (informações, factos, conceitos, princípios etc.). (II) Objectivos de habilidades , referem-se a tudo que o aluno aprenderá a fazer com o uso de suas capacidades intelectuais, afectivas, psicomotoras, sociais e culturais. (III) Objectivos de atitudes , são aqueles relacionados aos comportamentos esperados por parte dos alunos, ligados a valores e podem variar de acordo com a realidade sociocultural.

Essa estratificação não precisa ser explicitada em nível do plano de aula, mas é importante não se perder de vista que quando se trata de educação, de crianças ou de jovens, todas essas ordens de objectivos devem ser colocadas no mesmo plano de importância.

5.3. Estratégias de aprendizagem

Os conteúdos são as matérias do ensino-aprendizagem, eles são os meios com os quais se pretende atingir os objectivos.

Em uma visão mais promissora sobre os conteúdos, Coll (1997) propõe que os conteúdos podem ser classificados em três tipos de acordo com aquilo que os alunos devem Saber, Fazer e Ser. Ele os definiu como conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. A maneira de ensiná-los e também a de aprendê-los guarda muitas semelhanças, pois quando aprendemos o fazemos de uma maneira total, utilizando a cognição, os movimentos do corpo e as emoções. Por isso, essa forma de abordar os conteúdos tira a carga da associação dos conteúdos com as disciplinas e enfatiza mais a natureza deles. (I) os conteúdos conceituais são relacionados à factos, conceitos e princípios. Os primeiros exigem o uso de esquemas de conhecimento mais simples e geralmente ligados a actividades que induzem à reprodução da informação tal como ela foi transmitida. (II) os conteúdos procedimentais se referem ao conjunto de acções ordenadas destinadas à obtenção de um fim, para que se atinja um objectivo. Eles são a leitura, o desenho, a observação, o cálculo, a classificação, a tradução, enfim acções ou conjunto de acções que demonstrem o domínio de habilidades de fazer. (III) os conteúdos atitudinais envolvem os valores, atitudes e normas que influem nas relações e nas interacções do ambiente ou do contexto escolar. Valores são conteúdos que se expressam pelos princípios e pelas ideias éticas que temos a respeito da conduta humana. Valores são solidariedade, respeito ao outro, responsabilidade, liberdade, igualdade, etc. Atitudes são expressões sólidas de conduta fundamentadas em valores. São atitudes; a cooperação, o coleguismo, o civismo, a participação, a firmeza de propósitos.

Técnicas e Procedimentos Didácticos

Partindo-se da concepção de que as actividades que devem ser planificadas no processo de ensino-aprendizagem referem-se àquilo que o aluno precisa fazer para apreender determinado conteúdo e que a natureza dessas actividades, de preferência, deve ser aquela que faz o aluno permanecer activo durante todo o processo, cabe ao professor escolher, desse modo, as técnicas e os procedimentos que estejam orientados por esses pressupostos. Se a limitação do professor é grande em se tratando das escolhas dos conteúdos a ensinar, sua liberdade quanto aos métodos a aplicar também é grande. Decidir por um método ou outro, portanto, é quase que exclusivamente da alçada do professor.

A caracterização da didáctica como mediação do processo de ensino-aprendizagem não abandona a clássica metáfora do triângulo didáctico, mas a amplia, já que a relação de mediação faz explicitar o papel do professor na orientação da actividade de aprendizagem do aluno, considerados o contexto e as condições do ensino e da aprendizagem. Com isso, a relação dinâmica entre três elementos constitutivos do acto didáctico – o professor, o aluno, o conteúdo – formam as categorias da didáctica de ordem epistemológica como metodológica: (I) o que? (II) como? (III) quando? (IV) onde? (V) porque? (VI) com que? (VII) para que? (VIII) Sob que condições se ensina e se aprende? (LIBÂNEO, 1994). Tais categorias formam, por sua vez, o conteúdo da didáctica.

O “para que ensinar” põe o problema dos objectivos da educação geral: o que se espera da escola e do ensino em relação à formação da nova geração, que objectivos definir numa sociedade marcada por desigualdades sociais, económicas, culturais, em que os grupos sociais dominantes exercem influência determinante sobre objectivos e conteúdos da educação escolar?” O que ensinar” remete à selecção e organização dos conteúdos, decorrentes de exigências sociais, culturais, políticas, éticas, acção essa intimamente ligada aos objectivos, os quais expressam a dimensão de intencionalidade da acção do professor, ou seja, as intenções sociais e políticas do ensino. A selecção dos conteúdos implica, ao menos, os conceitos básicos das matérias e respectivos métodos de investigação, a adequação às idades e ao nível de desenvolvimento mental dos alunos, aos processos internos de interiorização, aos processos comunicativos na sala de aula, aos significados sociais dos conhecimentos e das coisas. “Quem ensina” remete aos agentes educativos, presentes na família, no trabalho, nas Mídias. Na escola, o professor põe-se como mediador entre o aluno e os objectos de estudo, enquanto os alunos estabelecem com o conhecimento uma relação de estudo.” Como ensinar” corresponde aos métodos, procedimentos e formas de organização do ensino, em estreita relação com objectivos e conteúdos, estando presentes, também, no processo de constituição dos objectos de conhecimentos.

Auxiliar práticas pedagógicas com novas teorias acerca da avaliação pode constituir-se numa ferramenta valioso, pois é na escola onde os processos de ensino e da aprendizagem devem ocorrer de forma sistemática, racional, intencional, crítica, colectiva e mediada pela avaliação. Assim as pedagogias progressistas devem entender o conjunto de correntes teóricas que não destacam o papel do professor ou do aluno isoladamente, mas buscam compreender como se dá a relação entre ambos se centre na acção problematizadora no sentido de implorar o desenvolvimento da consciência social, crítica e liberdade de superar a educação bancária. Considerando que o aluno

como sujeito em construção social tem faculdades mentais com conceitos emergentes sobre sua realidade e seu meio, precisando apenas de subsídios com carácter científico que lhe permitam ampliá-los no sentido da construção de novas relações e novas visões acerca do mundo. Segundo Libânio (2014) um dos factores sustentadoras da aprendizagem revela-se ser a educação problematizadora, pois esta decorre em ambientes socializadores e humanizadores no quadro da acção pedagógica.

A inclusão da avaliação como processo de intermediação entre o ensino e a aprendizagem e determinadas práticas educativas a abordagem do construtivismo do ponto de vista prático é vista como actividade cooperativa, baseada no diálogo, em que professores e alunos interagem no processo permanente de construção de conhecimentos. O que se implica a prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento. Em outras palavras: a avaliação deve estar vinculada ao que o professor considerava conhecimento válido, útil, desejável ao processo de construção do mesmo. Para (Silva, J. F. da; Hoffmann, J.; Esteban, M. T. 2003). Consideram que a perspectiva actual é a de perceber o educando como construtor dos seus saberes enquanto o professor assume o papel de mediador e orientador desse processo, também aprendendo. Essa modalidade tendencialmente produz aulas mais favoráveis à aprendizagem, também imprime um novo desenho ao processo de ensino, exigindo uma redefinição das acções relacionadas ao ensinar e ao aprender. Com esta abordagem, procura-se legitimar pedagogias e didácticas inclusivas, gerando, deste modo, não só novas práticas de ensino, mas também da avaliação. Isto pressupõe a organização e realização de actividades escolares mais dinâmicas, interactivas, criativas, inovadoras e motivacionais, envolvendo todos os alunos na potenciação de resultados satisfatórios da relação entre o ensino e a aprendizagem.

Isto nos leva a reflectir sobre algumas questões do fazer da avaliação ao serviço da aprendizagem: para que avaliar? O que é avaliar? O que avaliar? Quando avaliar?

Como avaliar e o que fazer com os resultados da avaliação? Esses questionamentos representam as dúvidas dos professores no momento de seu trabalho pedagógico. A reflexão sobre essas perguntas colabora para a autonomia didáctica dos professores.

A avaliação deve acontecer de forma contínua, diagnóstica, dinâmica, colectiva e dialógica, com foco no educando, no professor e no processo de ensino e de aprendizagem. Isso significa assegurar a participação do educando em sua própria aprendizagem e que, com a orientação do professor, ambos possam redireccionar acções e prioridades de ensino para alcançarem as metas desejadas.

O processo de aprendizagem organizado a partir de uma avaliação processual, formativa, sistemática e diagnóstica permite ao professor mapear dados para a compreensão de como o educando aprende e a olhar o “erro” como ferramenta de uma planificação de intervenção e mediação do mesmo.

Autores como Ausubel, Piaget e Vygotski que abordaram a teoria construtivista, compreendem que a avaliação é indispensável para se conhecer o que o aluno já sabe e é capaz de fazer sozinho antes de abordar o conhecimento potencial ou aquilo que ele consegue fazer com ajuda de outro sujeito. Caso contrário, pode-se colocar a seguinte questão: como estabelecer a Zona de Desenvolvimento Proximal sem recurso à avaliação? Denota-se, igualmente nessa perspectiva de Vygotski, a aposta em actividades que demandam diversidade de interações durante aula, envolvendo, dentro dos limites de acção pedagógica e metodológica, as relações aluno-aluno e aluno-professor. Nesse sentido, quanto maior for a intensidade de interações entre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, maior pode ser a possibilidade em estabelecer a ZDP para cada aluno.

6. Caracterização Geral dos Programas

Os programas escolares constituem o componente fundamental dum currículo. Eles são desenvolvidos tendo em conta quer as condições da comunidade escolar no sentido restrito, quer da comunidade envolvente, para preverem o sucesso escolar educativo.

No país, estes aspectos tornam-se relevantes tanto pela diversidade cultural e das condições em que funcionam as escolas (recursos materiais e humanos – nível de formação de professores e de desenvolvimento dos alunos), como pela necessidade imperiosa de diminuir as altas taxas de insucesso escolar e promover o sucesso educativo, tão necessário para o desenvolvimento do país.

Elementos do programa

Os programas das disciplinas estruturam-se de seguinte forma: (I) apresentação, (II) introdução à disciplina no ciclo ou curso; (III) objectivos gerais da disciplina no ciclo/nível/curso; (IV) objectivos gerais da disciplina na classe; (V) plano temático (temas por trimestre com respectiva carga horária, horas lectivas para aulas, de reserva e

para a avaliação); (VI) quadro sinóptico (tema, subtema, objectivos gerais do subtema, objectivos específicos, aulas teóricas, teórico-práticas e práticas); (VII) estratégias gerais de ensino-aprendizagem; (VIII) avaliação ao serviço da aprendizagem; e (IX) referências bibliográficas).

Esta estrutura é flexível tendo em conta as especificidades de algumas disciplinas.

Esta forma de organização pensa-se ser a adequada para facilitar ao professor, a compreensão da complexidade e da administração dos saberes, constantes do programa da disciplina.

A apresentação consiste na elaboração de um texto onde se destaca a importância e a pertinência da disciplina no currículo escolar, assim como a organização do programa da disciplina.

A introdução geral da disciplina permite compreender que, embora qualquer área do conhecimento possa ser importante por si mesma, a sua introdução no programa escolar tem a ver com o papel que ela desempenha na consecução dos objectivos do referido nível de ensino, o que tem a ver com a cultura herdada, com a sociedade em que se está e com a que se pretende construir.

Os objectivos gerais da disciplina no Ciclo/Nível/Curso explicitam o que se espera dos alunos no final da sua formação. Eles devem ser definidos de forma clara e objectiva para que haja correspondência com o perfil de saída.

Os objectivos gerais da disciplina na classe são definidos a partir dos objectivos gerais da disciplina no Ciclo/Nível/Curso. Torna-se relevante esclarecer que os *objectivos específicos dos conteúdos definidos no quadro sinóptico são derivados dos objectivos gerais de cada tema.*

O plano temático consiste na distribuição dos conteúdos programáticos por trimestre, as respectivas cargas horárias lectivas, horas lectivas para a avaliação sumativa e de reserva. O Quadro sinóptico consiste na organização dos conteúdos programáticos à volta de temas que se subdividem em subtemas. Pois, é uma maneira de sequencializar os conteúdos dum modo lógico e coerente, facilitando ao professor e aos alunos a compreensão da articulação entre os conteúdos sistematizados.

A identificação de conteúdos básicos e essenciais chama a atenção do professor para os (factos, conceitos, princípios, leis, procedimentos, valores, atitudes e ética) que, por serem essenciais para a aquisição de novas aprendizagens, serão obrigatórios abordá-los, não podendo deixar de serem trabalhados com todos os alunos, de modo a que na generalidade atinja os objectivos correspondentes a um bom nível de consecução. Os

conteúdos são criteriosamente seleccionados e hierarquizados a partir dos objectivos específicos derivados dos objectivos gerais de cada tema. Assim sendo, os objectivos específicos são organizados respeitando o princípio da progressão e os níveis cognitivos de aprendizagem – taxonomia de Bloom.

O tempo previsto para cada subtema tem a ver com a importância e a complexidade dos conteúdos e ajuda o professor a elaborar a planificação geral, no sentido de cumprir, pelo menos, os conteúdos básicos e essenciais de modo que os alunos os assimilem.

As estratégias gerais de ensino-aprendizagem são seleccionadas de acordo com a maturidade e interesse dos alunos, de modo a que as actividades propostas:

- › Proporcionem o cumprimento dos objectivos previstos;
- › Contribuam para uma aprendizagem significativa;
- › Respondam aos interesses e necessidades do sujeito;
- › Propiciem um desenvolvimento em sequência;
- › Sejam diversificadas;
- › Promovam a aprendizagem integradora, inclusiva e significativa.

Para as aulas são sugeridas metodologias participativas para a aprendizagem activa considerando o aluno como o centro do processo de ensino-aprendizagem.

As metodologias irão determinar o tipo de aula a planificar: (I) teórica, (II) teórico-prática ou (III) prática.

As metodologias participativas para a aprendizagem activa sugerem a preparação de aulas com actividades teórico-práticas, fazendo com que o aluno seja também protagonista no processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, as estratégias gerais propostas no programa são materializadas pelo professor em cada turma, segundo a situação concreta (o contexto) da realização da aula.

A avaliação ao serviço da aprendizagem destina-se a propor o modo como se pode avaliar as aprendizagens (diagnóstica, formativa e sumativa) dos alunos, observando as especificidades de cada disciplina, tendo como referência a avaliação para a aprendizagem. Assim sendo, o novo paradigma que se pretende implementar sugere aulas que promovam a aprendizagem activa. Neste contexto, as actividades avaliativas são realizadas com maior incidência na avaliação dos processos.

7. Tratamento Metodológico de um Tema

A Aula é uma das formas organizativas do processo Educativo, que tem como objectivos a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de valores e interesses cognoscitivos e profissionais no aluno, mediante a realização de actividades de carácter essencialmente académico, a aplicação dos princípios didácticos e a utilização dos métodos e meios de ensino. É a Forma organizativa mediante a qual o professor, no decurso de um período de tempo rigorosamente estabelecido e num lugar condicionado para este fim, dirige a actividade cognoscitiva de um grupo constante de alunos, tendo em conta as particularidades de cada um deles, utilizando os diferentes tipos, meios e métodos de trabalho que criam condições propícias para que todos os alunos dominem os fundamentos da matéria directamente durante o processo de ensino-aprendizagem, assim como para a educação e desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos. A. A Budarni, 1985.

Para tal, é necessário elaborar um plano de aula que resuma a preparação metodológica do professor e que este o utilize no desenvolvimento das aulas para dirigir a actividade cognoscitiva e prática dos alunos.

O plano deve conter aspectos essenciais da aula (procedimentos na introdução, no desenvolvimento e na conclusão), o modo de utilizar os meios, as perguntas de controlo e a comprovação.

Estrutura Geral de uma aula

Para Taba (1962), numa sequência organizada de actividades de ensino- aprendizagem, seja num programa, seja num tema didáctico ou aula, podem distinguir-se três fases principais servindo propósitos diferentes, que são:

1. Introdução

Asseguramento do nível de partida (correção da tarefa, ou retomando os aspectos fundamentais da aula anterior; diagnóstico dos pré-requisitos) ou avaliação inicial quanto à Orientação do assunto ou problema a estudar (orientação aos objectivos da aula).

2. Desenvolvimento

Tratamento do (novo) conteúdo (execução dos Procedimentos metodológicos avaliativos, preferencialmente participativos).

Generalização (estabelecer as relações necessárias intra e interdisciplinares contribuindo para a solidez na assimilação e ampliação do conhecimento científico).

Avaliação processual (limites possibilidades e registos)

3. Conclusões:

- › Resumo das aprendizagens;
- › Consolidação das aprendizagens;
- › Avaliação final;
- › Orientação da tarefa; e
- › Vínculo com a próxima aula.

Preparação metodológica

A preparação metodológica é um conjunto de tarefas científico-pedagógicas (planificação e preparação) que antecedem a execução de uma aula, contribuindo assim, para a auto-preparação do professor.

A Planificação e Gestão das aulas é a acção de organizar-se ou organizar algo de acordo com um plano. Implica ter um ou vários objectivos a cumprir, juntamente com as acções requeridas para que esses objectivos possam ser alcançados.

- › Antecedentes;
- › Actividades do professor e do aluno;
- › Métodos;
- › Meios de ensino,
- › Actividades avaliativas;
- › Consolidação;
- › Tarefa para casa.

A etapa do processo de planificação do ensino compete exclusivamente ao professor.

A preparação da aula é fundamental para o trabalho do professor porque, através dela, manifesta-se a preparação metodológica psicológica e científico-pedagógica do professor.

Materiais necessários para o processo de planificação de aulas

Os materiais de apoio, os meios de ensino ou o material didáctico são elementos essenciais para a concretização e a consolidação dos conhecimentos ministrados

na aula. É necessário que sejam preparados com antecedência e que constem da planificação do plano de aula o programa, o manual e o guia do professor, por isso torna-se necessário que os professores conheçam com profundidade cada um desses materiais e que os utilizem como peças indispensáveis para o seu sucesso e o dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Tarefas da preparação metodológicas

- a) Caracterização do tema;
- b) Operacionalização dos objectivos;
- c) Plano do Tema;
- d) Tratamento metodológico de aulas;
- e) Planificação de aulas do tema.

a) Caracterização geral do tema

- › A importância do tema;
- › Conhecimentos, habilidades e atitudes antecedentes do tema;
- › Vínculo com as outras disciplinas;
- › Horas de aulas;
- › Actividades experimentais/práticas.

b) Operacionalização dos objectivos;

Objectivo gerais do tema: <i>Os alimentos e a manutenção da vida</i>	Objectivos das Aulas
› Compreender a importância dos alimentos na manutenção da vida;	› Distinguir os nutrientes contidos nos alimentos que permitem a manutenção do corpo;

- › Conhecer as diferentes funções dos alimentos para o crescimento e a manutenção do corpo;
 - › Compreender a importância de uma alimentação equilibrada na vida do homem;
 - › Analisar as causas que estão na base dos erros alimentares.
- › Reconhecer os principais componentes presentes no corpo humano;
 - › Definir o conceito de alimento
 - › Classificar os nutrientes:
 - Orgânicos
 - Inorgânicos
 - › Diferenciar alimento de nutriente;
 - › Caracterizar as diferentes funções que os nutrientes têm no organismo;
 - › Identificar os nutrientes existentes nos vários tipos de nutrientes através de reacções químicas simples;
 - › Seleccionar os alimentos essenciais para uma alimentação equilibrada;
 - › Representar graficamente as necessidades diárias médias de nutrientes para a alimentação de um adolescente;
 - › Exemplificar factores que estão na base da importância da variação diária de nutrientes;
 - › Distinguir as causas que provocam erros alimentares;
 - › Verificar as consequências da má alimentação no homem;
 - › Reconhecer a importância da utilização de regras de higiene alimentar;
 - › Especificar os processos de conservação dos alimentos.

c) Planificação do Tema

Aula	Data	Semana	Tipo de Aula	Objectivos	Sumário	Tratamento metodológico das aulas do tema
1	5/2	1	Tratamento da nova matéria	• Distinguir as substâncias básicas contidas nos alimentos que permitem a manutenção do corpo. • Reconhecer os principais componentes presentes no corpo humano	• Necessidade dos alimentos. • Componentes presentes no corpo humano.	Aula n.º 1 • Sumário • Objectivos específicos • Conhecimentos antecedentes • Tipo de aula • Conteúdo • Metodologia • Acções avaliativas

d) Plano de Aulas

O plano de aulas é um projecto de actividades que o professor e os alunos devem realizar em conjunto durante um período de tempo determinado.

O plano é um instrumento diário do professor que tem como finalidade evitar a improvisação e funciona como base de orientação na condução do processo de ensino-aprendizagem dentro espaços educativos.

O plano não é um documento de cumprimento rígido, mas um guião de trabalho para o professor que se adaptará às circunstâncias e características da turma. O plano de aulas, ao reflectir a boa preparação do professor, permite evitar equívocos e mecanicismo.

Exemplo de um plano de aula

Disciplina: Biologia

Classe: 8.^a

Duração: 45 min

Objectivos Gerais do tema:

- › Compreender a importância dos alimentos na manutenção do organismo dos seres vivos;

Subtema: Necessidades alimentares

Objectivos específicos:

- › Definir o conceito de alimento
- › Diferenciar alimento de nutriente
- › Classificar os nutrientes:
 - Orgânicos
 - Inorgânicos

Sumário:

- › Noção de alimento;
- › Diferença entre alimento e nutriente;
- › Classificação dos compostos orgânicos e inorgânicos;

Antecedentes :

- › Conceito de alimento;
- › Conceito de nutrientes;

- › Exemplos de nutrientes orgânicos;
- › Exemplos de nutrientes inorgânicos.

Métodos de ensino:

- › Elaboração conjunta;
- › Explicação.

Procedimentos metodológicos:

Recursos pedagógicos:

- › Jornais, revistas;
- › Alimentos naturais.

Introdução:

- › ANP (asseguramento ao nível de partida);
- › OAO (orientação aos objectivos).

Desenvolvimento:

- › Realização de actividades pelos estudantes dependendo do tipo de aula.
- ›

Conclusão:

- › Generalização, comprovação dos objectivos, tarefa.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Paulo et al. (2002). *Avaliação das aprendizagens - das concepções às práticas*. Lisboa: Ministério da Educação-Departamento da Educação Básica.
- ARIÉS, P. (s/d). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Assembleia Nacional da República de Angola. (2001). *Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei n.º 13/01*. Luanda: Assembleia Nacional.
- Assembleia Nacional da República de Angola. (2017). *Lei de Bases do Sistema de Educação em Angola Lei n.º 17/16*.
- CASTANHO, M. E.; CASTANHO, S. E. M. (1996). *Didáctica: o Ensino e suas Relações*. Campinas, SP: Papirus.
- CATELA, M. E. & VASCONCELOS, M. L. (1979). *Guia de avaliação do rendimento escolar*. Lisboa: Didáctica Editora.
- CORREIA, A. (1973). *Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos, MEC. (4.ª ed)*. Rio de Janeiro: Coleção Mobral.
- COLL, C. et al. (1997). *O construtivismo na sala de aula*. 2.ª ed. São Paulo: Ática.
- CORREIA, A. (1973). *Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos*. Rio de Janeiro: MEC, Coleção Mobral, 4.
- DA CRUZ LIMA, M. (2000). *Relatório final da assistência técnica ao INIDE no domínio do Desenvolvimento Curricular – 1.º Projecto de Educação*. Luanda: MED.
- Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), ONU. https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_da_Crian%C3%A7a de 2017, (19.04.2018).
- DELORS, Jacques (2001). *Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI*. 6.ª Edição. São Paulo: UNESCO, MEC; Brasília: Editora Cortez.
- Educação Pré-escolar e os Cuidados para a infância em Portugal, (s/d).
- Enciclopédia da Educação Infantil, (s/d), *Recursos para o Desenvolvimento do Currículo Escolar*. Lisboa: Nova Presença, Volume I.
- Enciclopédia da Educação Infantil, (s/d), *Recursos para o Desenvolvimento do Currículo Escolar*. Lisboa: Nova Presença, Volume II.

- FERNANDES, D.). *O Tempo de Avaliação*, in «NOESIS – a Educação Revista», N.º23. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1992.
- HAYDT, R. C. *A Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem*. São Paulo: Editora Ática. 1994
- HAYDT, R. C. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo: Ática. 1998.
- HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora - uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação. 1993.
- LIBÂNEO, J. C. *A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da actividade e a contribuição de Vasily Davídov*. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. 2004.
- LIMA, S. E. C. *Desenvolvimento e Aprendizagem; Actividade da Criança na Idade Pré-Escolar*. Publicação: Série Ideias, n.º 10; FDG (17-23) São Paulo. 1992.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez. 2002.
- MARTINS, M. A. *O Conceito de Avaliação*, in «NOESIS – a Educação Revista», n.º 3. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional. 1992.
- MATOS VILAR, A. *A Avaliação dos Alunos no Ensino Básico*. Porto: Edições ASA. 1997.
- MESQUITA, R. E DUARTE, F. *Psicologia Geral e Aplicação 1.º ano*. Lisboa: Plátano Editora, 6.ª Edição. 1997
- MINARS (s/d). *Manual do Currículo de Educação e Cuidados na Primeira Infância*. República de Angola.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (s/d) *Informações aos Pais e Encarregados de Educação*. Lisboa.
- MONTEIRO, M. e RIBEIRO DOS SANTOS, M. *Psicologia de Educação*. Porto: Porto Editora. 1999.
- NERICI, I. G. *Introdução à Didáctica Geral*, Editora Atlas S.A., São Paulo. 1991.
- UNESCO-UNICEF. *Opções para a Reconstrução do Sistema Educativo*, Estudo Sectorial, Tomo I. Luanda. 1993.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999
- PETERSON, Pedro Domingos. *Perfil do Professor do Ensino Geral*. Luanda: DNFQ, MED. 1995.

- Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: Conhecimento do Mundo, III volume. 1998.
- RIBEIRO, A. *Desenvolvimento Curricular - Educação Hoje*. Lisboa: Texto Editora, 4.^a Edição. 1993.
- RIBEIRO, L. C. *Avaliação da Aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora. 1993.
- SILVA, J. F. da; HOFFMANN, J.; ESTEBAM., M. T. *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo*. Porto Alegre: Mediação. 2003.
- STUFFLEBEAM, D. e SHINKFIELD, A. *Evolución Sistemática - Guía Teórica y Práctica*. Barcelona: Ed. Paidós/MEC. 1993.
- ZABALZA, M. *Planificação e Desenvolvimento Curricular*. Porto: Edições ASA. 1992.
- ZABALZA, M.A. (1998). *Didáctica II: Programación, Métodos y Evaluación*, Madrid, UNED. 1998.
- ZABALZA, M.A. *Diseño y Desarrollo Curricular*. ASA Editora. 2001.
- Zabala, M. A. *A Prática Educativa: Como ensinar*. Porto Alegre: Artmed. 1998.